

MOVIMENTO

boletim informativo DAS FORÇAS ARMADAS

25 de Abril

Direcção: COMISSÃO COORDENADORA DO PROGRAMA DO M.F.A.

N.º 24 — 25 JULHO 1975 (Quinzenal)

Preço 2\$50

5.ª DIV. / EMGFA
Rua Cova da Moura, n.º 1

DISTRIBUIDO POR
"O SECUCO"

FOTOCOMPOSTO E IMPRESSO NO INSTITUTO HIDRO-
GRÁFICO — RUA DAS TRINAS, 49 — LISBOA

EDITORIAL

Que se passa realmente em Portugal?

Esta pergunta surge no espírito de milhares e milhares de portugueses, confusos perante o rápido desenrolar de acontecimentos políticos, saídas do Governo de partidos, comícios, movimentações de massas, comunicados, num clima de tensão social e austeridade que dificulta uma serena análise da situação.

As palavras pronunciadas pelas pessoas mais responsáveis politicamente não têm contribuído para uma clara compreensão dos problemas do País.

A objectividade cede o passo à agressividade, e, por vezes, o próprio MFA não tem conseguido a necessária serenidade frente a acusações irracionais de que é alvo.

Os verdadeiros problemas do País, não são as divergências partidárias.

Os verdadeiros problemas do País são os problemas da construção do socialismo.

Assiste-se em Portugal a uma luta muito dura e difícil entre as camadas exploradas da população e os extratos que pretendem manter essa exploração.

E tudo tem sido tentado para dificultar a reconstrução do País. Pressões externas, boicotes económicos, agitação interna.

Tudo tem sido tentado para dividir o MFA, que representa efectivamente a força aglutinadora dos que estão interessados em caminhar para a sociedade socialista, classes trabalhadoras do campo e da cidade, (camponeses, operários, pescadores) pequena burguesia (pequenos e médios agricultores, pequenos e médios comerciantes e industriais, trabalhadores da função pública) e alguns extratos da média burguesia (intelectuais, elementos com qualificação técnica).

Naturalmente que em 25 de Abril se libertaram no nosso País tensões sociais muito complexas e difíceis de controlar.

Foram anos e anos de repressão, de lutas na clandestinidade, de frustração, de guerra colonial.

À derrocada de um capitalismo podre segue-se a crise económica. Não se reconstrói uma economia por golpe de magia, mas com trabalho e reorganização social.

Ao fim das guerras coloniais, segue-se uma sempre difícil descolonização, que muito embora tenha atingido momentos de extraordinária felicidade, exigiu muitos sacrifícios e canseiras. E nestes sacrifícios incluímos, como dever nosso de total fraternidade, os nossos compatriotas retornados de Angola, profundamente traumatizados pelo processo histórico que viveram.

O reconhecimento de complexidade da situação impôs total responsabilidade a todos os portugueses, nomeadamente, aos dirigentes dos partidos políticos e às classes trabalhadoras, vanguarda da Revolução, lado a lado com o MFA.

Sabemos bem que os que pretendem manter os privilégios e a exploração, utilizam todos os meios para conseguir os seus fins, desde o subtil boato, até à opressão armada, passando pelo tenebroso aproveitamento de todas as divergências surgidas entre nós.

O último fim-de-semana deve ser encarado como experiência para o futuro.

Não estão em questão o Partido Socialista ou o Partido Comunista. São duas forças políticas, com programas políticos dignos, que integram camadas sociais fundamentais para a Revolução Socialista.

Sem estas forças políticas não será possível o socialismo em Portugal.

O MFA reafirma a sua posição suprapartidária, a intenção de caminhar com o povo português para o socialismo.

A hora é de responsabilidade.

Será exigir muito a todos nós, MFA, partidos políticos socialistas, cidadãos portugueses que queremos liberdade e socialismo, serenidade, lucidez, firmeza?

Será exigir muito de todos nós, que encaremos decididamente os reais problemas do País?

Quem beneficia das provocações (e as fomenta na sombra)? Quem está interessado nas divisões entre os trabalhadores, a pequena burguesia, os intelectuais, os quadros técnicos?

A quem aproveita o clima de insegurança, de emotividade descontrolada, de não esclarecimento correcto das situações?

Será aos cidadãos portugueses que honestamente pretendem trabalhar para deixar às gerações futuras um Portugal mais feliz?

da aplicação prática do documento guia sobre as organizações unitárias de base aprovado pela AMFA

Alguns pontos para reflexão (1)

1. O nosso objectivo fundamental é a construção de uma democracia socialista, um tipo de sociedade como nunca existiu na nossa pátria. Ao incentivar as organizações unitárias de base (comissões de trabalhadores, comissões de moradores, conselhos de aldeia, etc.) procura apenas lançar-se os alicerces de um poder novo — o poder popular, o poder do povo — os alicerces de uma democracia profunda e real; procura-se apenas construir uma sociedade nova sem exploração, uma sociedade para benefício de todo o nosso povo trabalhador.

Porquê um Poder novo, porquê o Poder popular?

Em primeiro lugar porque se derrubámos um Poder organizado de modo a que uma minoria explorasse a grande maioria do nosso povo, e se esse poder que derrubámos tem as suas leis e a sua máquina administrativa concebidas para explorar — só um Poder novo, cujas leis e cuja máquina administrativa sejam concebidas para servir as massas as servirá *de facto*.

Em segundo lugar, porque só se as massas criarem novas formas de poder — a todos os níveis, ainda que de um modo progressivo; só se, e quando, as massas assumirem a defesa dum Poder (*do seu poder*) se sentirão mobilizadas para assumir os maiores sacrifícios nas tarefas da reconstrução nacional e da edificação de uma sociedade nova.

2. Para que as massas sintam esse poder como seu, para que elas sintam ser a razão de uma nova sociedade que se cria é necessário, desde o início, preservar as organizações populares de quaisquer interferências dirigidas — nomeadamente as que resultam da transplantação (em termos de manipulação) das querelas partidárias para o seio das massas. Referimo-nos às tentativas de criar órgãos fictícios de poder popular que mais não são que novas estruturas burocratizadas de partidos burocratizados — e não, como é óbvio, ao debate ideológico, realizado *em torno de uma prática* no seio do povo, o qual não apenas é desejável como enriquecedor.

Aos militantes locais do MFA cabe pois a tarefa de esclarecimento claro dos objectivos dos organismos unitários de base. E, nesta base, a eles ca-

berá a tarefa de investigar da representatividade das comissões e conselhos que se vão formando, porque a decisão de formar os organismos populares representativos deve ser largamente democrática. É necessário partir da democracia real exercida no seio das massas, da verdadeira liberdade de expressão e opinião, da discussão profunda acerca dos problemas, para que as decisões correspondam sempre aos interesses reais das massas. Se as massas não sentirem a decisão como sua, se ela lhes aparecer como tomada de cima para baixo, o poder democrático das massas não se exercerá, constituirá uma burla.

Deste modo, quaisquer organizações auto-promovidas para servir não as massas mas interesses partidários definidos — como comissões de moradores e de trabalhadores fantasmas que alguns partidos querem fazer passar por órgãos representativos das massas — não devem ser reconhecidas e, através de uma explicação clara às largas massas, estas devem ser levadas a escolher os seus representantes segundo os princípios da escolha democrática. Deverá ser rigorosamente desmascarado todo o golpismo dentro do processo de desenvolvimento dos órgãos do poder popular, sobre pena do afastamento das massas do processo democrático. O que pode significar que, em vez de um estado democrático socialista, estejamos a erigir um estado burocrático que nada terão a ver com uma revolução integralmente socialista.

3. Para levarmos a cabo esta verdadeira ofensiva de democratização da sociedade devemos ter sempre presente, no desenvolvimento do nosso trabalho político, que o poder pertence ao Povo, que o motor da Revolução é o Povo e de que nós (MFA) temos apenas por tarefa o garantir a autenticidade da expressão e afirmação populares.

Há que ter sempre em mente que "todos somos igualmente oprimidos e humilhados, vendidos e explorados, que somos irmãos da mesma classe com uma mesma missão: servir o Povo. É esta a base da nossa unidade, o ponto de partida da nossa democracia" (S. M.).

A livre discussão e participação na elaboração da decisão, a submissão da

minorias à maioria, a responsabilidade colectiva, a crítica e autocrítica do trabalho efectuado e do comportamento — são princípios básicos fundamentais que devem reger o exercício do poder popular que agora emerge. A decisão burocrática — ou seja, a que é tomada pelo chefe ou direcção em nome das massas — não deve ter lugar, porque é o debate e a explicação que os mobiliza e torna participantes e que os leva a aplicar e defender a linha justa. Além disso, se a decisão não corresponde ao nível de compreensão das massas pode tornar-se irrealista e arrastar as massas para o alheamento e, até, para a oposição a um processo que, à partida, se dirigia à satisfação dos seus anseios e necessidades.

4. A democracia no seio das organizações populares de massas é condição indispensável para que elas se sintam engajadas num processo que é o seu e responsáveis por uma decisão e uma situação por elas determinadas. Os militantes de base — como todos os outros, de resto — devem fomentar a discussão, mesmo que algumas opiniões exprimam ideias erradas. Se a ideia errada se expressa livremente há possibilidade de, através da discussão, compreender porque ela é errada e onde reside o erro. Os erros cometidos, individual e colectivamente, devem ser discutidos por todos, não apenas para evitar as divisões que se manifestam fatalmente quando a discussão democrática se não exerce com toda a liberdade (e isto é válido para o militante de base como para o dirigente, nenhum deles devendo ser considerado como impassível de crítica), mas sobretudo porque o exercício da crítica e autocrítica, porque o reconhecimento dos erros aprofundam a consciência política de cada um e porque entregamos deste modo às massas, ao povo, a defesa da linha justa e da disciplina revolucionária — da qual apenas o povo é proprietário.

A tendência para esconder dos camaradas e das massas os erros cometidos — sobretudo se esses erros foram cometidos pelos mais responsáveis — é sinal de falta de democracia política e, sobretudo, de falta de confiança nas massas. E não há socialismo (ou socialistas) onde não há confiança nas massas.



notícias MFA

SAUDAÇÃO A NICOLAS GUILLEU

Texto da mensagem ao poeta cubano Nicolas Guilleu lida por um oficial do MFA na reunião de homenagem realizada em Lisboa.

Companheiro Nicolas Guilleu e esposa

Nestes difíceis momentos que o nosso Processo Revolucionário atravessa, a tua visita a Portugal é, para nós, a visita de cultura Revolucionária de uma forma de luta que todos os povos do mundo entendem, seja qual for a sua cultura.

O MFA deu-se a conhecer ao Povo Português, em 25 de Abril de 1974, através da poesia. Só depois, pela força das espingardas, aonde ainda a poesia surgiu concretizada em cravos vermelhos, a cor do Socialismo.

A mensagem de libertação do MFA despertou e mobilizou, o Povo Português, já que dele e dos seus mortos nasceu, para a luta antifascista.

Esta vontade colectiva determinou as enormes conquistas alcançadas ao longo destes 14 meses de Revolução.

Mas ainda são poucas essas conquistas talvez as possíveis dentro das realidades objectivas em que se insere a nossa luta.

A estrada que estamos abrindo é longa e perigosa. Queremos abri-la com o Povo e para o Povo. Com os Revolucionários para quem os erros, ou contradições, as dificuldades que se nos opõem são intransponíveis, não levam a hysterismos esquerdistas e pseudo-revolucionários, e se ultrapassam cientificamente.

Os verdadeiros Revolucionários vencem. É o seu Povo, a sua responsabilidade perante a história e a solidariedade internacionalista que o impõe. Tal como tu companheiro, tal como os teus companheiros, que em ti saúde, souberam e conseguiram vencer, assim nós e a nossa Revolução vencerão.

A luta é longa, é difícil mas a vitória essa, é nossa, mesmo que para isso tenhamos que oferecer as nossas vidas. Tal como em Cuba o afirmo, repi-

to-o aqui "Não deixaremos que Portugal seja o Chile da Europa"

A tua presença confirma-o. Os teus poemas nascidos do teu povo, dos seus sacrifícios e dificuldades, expressão duma cultura enriquecida ao longo dos séculos nas lutas do século XIX contra a escravidão, na Sierra Maestra contra o fascismo e na actualidade pela construção do Socialismo, os teus poemas, dizia, bem como os de outro poeta Sul-Americano, Pablo Neruda, dar-nos-ão o alento, a força e a determinação, para prosseguirmos o nosso caminho, irreversível, rumo a essa sociedade sem explorados e exploradores, a caminho da sociedade sem classes só possível pela construção do Socialismo.

Bem vindo sejas ao nosso convívio.

Viva o Povo Cubano.

Viva o Povo Português.

Pátria ou morte. VENCEREMOS;

CONFERÊNCIA DE PAUL M. SWEETZ NO CENTRO DE SOCIOLOGIA MILITAR

Realizou-se no Centro de Sociologia Militar, uma conferência de Paul M. Sweezy, economista, co-director da revista socialista independente norte-americana *Monthly Review* e autor de numerosas obras fundamentais sobre o capitalismo monopolista e de diversos artigos e estudos importantes sobre diversos países socialistas que visitou como Cuba e a República Popular da China, que aliás considera como o modelo socialista mais avançado.

Durante a sessão, o conferencista abordou a questão do socialismo e sua definição, tal como está traçada no Plano de Acção Política do Conselho da Revolução.

Na sua opinião, o conceito de socialismo que o comunicado do CR avança tem as seguintes características: (1) abolição das classes, (2) igualdade de oportunidade para todos e (3) substituir as motivações e os incentivos individuais por motivações e

incentivos sociais. Sem se alongar numa análise detalhada de cada um destes pontos, indicou que estes critérios não servem para definir o socialismo mas sim o comunismo, pois implicam alterações fundamentais nas forças de produção, especialmente nas mais importantes de todas, que são os seres humanos e não a tecnologia, e nas relações de produção. Acima de tudo, implicam o fim da divisão de trabalho entre patrões e trabalhadores, que é a característica essencial de qualquer sociedade de classes. Os patrões têm de trabalhar e os trabalhadores de mandar quando isto se passar, já não haverá patrões nem trabalhadores.

Paul Sweezy indicou que, para se chegar a essa situação será necessário muito tempo, medido em gerações mais do que em anos ou décadas. Entretanto, existirá uma sociedade transitória, que se afasta das classes, em direcção à abolição das classes. É

esta forma transitória que se define o socialismo. É uma sociedade em que continuam a existir classes e lutas de classes, que em certas alturas se agudizam extremamente. Construir o socialismo não significa abolir as classes, o que é completamente impossível no futuro mais próximo, mas sim entrar seriamente num estado de transição, assegurando que a direcção do movimento é para o comunismo e não andar para trás, para a aceitação permanente das classes, por mais bem disfarçadas que estejam pela ideologia ou pela propaganda.

Esta concepção de socialismo, afirmou ainda o conferencista, é muito mais realista do que a contida no comunicado do CR e seria muito mais útil para o lançamento dum programa concreto de acção política e económica.

A conferência terminou após um breve debate e Paul Sweezy, que assim terminou uma curta visita ao nosso País.

imprensa militar

Da D.S.E.T. (Força Aérea) recebemos o n.º 0 do jornal "EM FASE", do qual transcrevemos parte do editorial.

É preciso estar em fase com a revolução para servi-la.

Uma análise retrospectiva do primeiro ano de pós 25 de Abril 74, permite concluir da justeza das respostas da aliança Povo-MFA.

Com a frustração da tentativa contra-revolucionária de 11 de Março, e a declaração de abertura de uma ampla frente da batalha económica, consubstanciada nas medidas antilatifundistas e antimonopolistas atinge o auge o valor invencível desta aliança em cujo estreitamento se joga o futuro da revolução.

dinâmica própria que é um constante desafio à capacidade de resposta das estruturas revolucionárias.

Só uma identificação profunda permitirá a estas estruturas acompanhar o processo revolucionário, competindo-lhe cimentar novas formas de actuação conjunta adaptadas às novas determinantes históricas que, inevitavelmente, catapultam as classes trabalhadoras para o combate em todas as frentes, imprimindo-lhe uma nova direcção.

Paralelamente, a reacção toma consciência da necessidade de passar a uma nova fase de actuação, de reformular os seus modos de acção, de refinar os seus processos de camuflagem. Goradas as tentativas golpistas, amadurece os seus quadros e espreita todas as oportunidades de infiltração, tentando abrir brechas no "Grande Movimento de Libertação Português" que dá os primeiros passos, maximizando divergências, minimizando o alcance das conquistas feitas, aproveitando tudo o que possa confundir as populações para fazê-las desacreditar na Revolução, e criar assim, um clima favorável às suas nefastas manobras contra-revolucionárias.

A percepção correcta desta realidade, a consciência precisa do papel que, às classes trabalhadoras, cabe na revolução socialista, e o importantíssimo papel que continuará a caber às FFAA no recontro com o povo trabalhador, por parte de todos os militares, são os objectivos para os quais "EM FASE" pretende dar a sua contribuição, criando uma plataforma de diálogo aberta a todos os camaradas.

(...)



Despertadas para a revolução, desbloqueadas e libertas as inesgotáveis energias criadoras das massas trabalhadoras, a revolução adquire uma

Da Escola Prática de Infantaria (EPI) em Mafra recebemos o jornal "Azimute".

Do "Azimute" transcrevemos o artigo "Desenvolvimento da Aliança Povo-MFA".

Encontramo-nos numa fase decisiva do processo revolucionário iniciado em 25 de Abril de 1974. Este momento é de tal modo importante, ao ponto de, se não avançarmos decididamente, corremos o risco de deitar completamente a perder todos os ganhos adquiridos nestes intensos meses de luta, que nos permitiram ultrapassar com êxito a fase antifascista (o que não quer dizer que todós os fascistas tenham sido afastados de pontos que ocupavam antes do 25 de Abril) e de ser ganho, nos aspectos fundamentais, a batalha pela destruição do poder do grande capital financeiro e industrial, o que nesta altura, nos permite avançar decisivamente para o socialismo.

Portanto, nesta fase, é mais fundamental construir o poder dos trabalhadores do que decretar novas medidas de ataque aos sectores da burguesia ainda existentes, até porque, só avançando na construção do poder dos trabalhadores se poderá consumir a derrota do capitalismo e criar as condições para a construção do socialismo.



Assim poderemos derrotar as tentativas da direita e da social-democracia para destruir o processo revolucionário, recuperando-o segundo os seus pontos de vista, e atacar a fundo a grave crise económica em que

(Cont. na pág. 9)

a independência das ilhas de Cabo Verde

A 5 de Julho de 1975, o povo do arquipélago de Cabo Verde conquistou finalmente a sua independência. A data histórica foi arrancada à custa de uma luta intransigente dos dirigentes do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde contra os que ainda não tinham abandonado as esperanças de manter Cabo Verde sob um controlo colonialista, ou neocolonialista, devido à sua grande importância estratégica.

A libertação de Cabo Verde está intimamente ligada à da Guiné-Bissau e, embora cada uma tenha seguido a sua via própria, conforme as caracte-

ísticas de cada um dos territórios, não há dúvida que é difícil dissociar a guerra libertadora que se desenvolveu na Guiné-Bissau de Cabo Verde. Tal era a determinação de unidade dos responsáveis máximos do PAIGC que sempre afirmaram que a independência total no continente e nas ilhas era uma questão de princípio do Partido, e que estavam dispostos a desencadear até a luta armada no arquipélago atlântico.

instalada em Cabo Verde. Tanto a manifestação programada para o 28 de Setembro como a tentativa de golpe de Estado do 11 de Março tinham ligações e prolongamentos na Guiné e Cabo Verde, onde o Movimento das Forças Armadas, ao lado do PAIGC proibiu uma manifestação reaccionária no 1.º de Novembro de 1974.

A firmeza e determinação do PAIGC em impor a sua justa visão da independência de Cabo Verde foi um factor decisivo para vencer as sucessivas manobras que um certo sector do poder em Portugal — que, aliás,

primeira sessão da Assembleia Nacional Popular em Setembro de 1973.

O princípio da unidade Guiné-Cabo Verde não foi nem será imposto aos povos, como afirma o actual secretário-geral do PAIGC, Aristides Pereira:

“Preparamo-nos para essa unidade, que tem de encontrar uma fórmula tendo em conta a realidade concreta de cada país. Por isso pensamos que a unidade só se pode efectuar com base na independência e na igualdade. Portanto, é preciso que primeiro seja proclamada a independência de Cabo Verde, Estado soberano, com os seus representantes numa Assembleia nacional. Estamos a preparar uma comissão mista que deve estudar as modalidades da unidade e apresentar esse projecto às duas assembleias nacionais reunidas, que terão como tarefa a sua aprovação ou modificação.

Isto deve-se fazer o mais cedo possível. Mas antes, haverá uma reunião de alto nível do Partido, que estudará o projecto. Porque a unidade já existe, através do Partido. Simplesmente agora é preciso definir etapas, numa fórmula que tenha em conta as particularidades de cada país.”

A UNIDADE AFRICANA

A independência de mais um dos arquipélagos situados nas costas de África, no caso de Cabo Verde um dos mais cobiçados pelas grandes potências estrangeiras, é sempre um elemento relevante de unidade africana. As recentes declarações de Aristides Pereira, contra a instalação de bases estrangeiras de quaisquer grandes potências, vem acabar com a fábula reaccionária de que Cabo Verde “ia parar nas mãos dos russos” e integra definitivamente as ilhas no seu contexto correcto, na revolução africana, na unidade africana.

O novo Estado, que se considera primeiramente africano define as suas relações externas como abertas a todos os países, numa posição de “liberdade de abertura total ao mundo”, dentro dos princípios da igualdade, respeito pela soberania e pela independência, não ingerência nos assuntos internos e dos benefícios recíprocos.

Cabo Verde, tal como a Guiné-Bissau terão relações privilegiadas, como é normal, no desenvolvimento dos novos laços entre os dois povos. “Se o regime português continuar na sua via actual, declarou A. Pereira, temos todo o interesse em desenvolver relações nas novas bases de igualdade, de respeito. O próprio facto de falarmos português é a manifestação mais evidente de que haverá relações privilegiadas. Sobretudo, como vimos recentemente, os nossos inimigos são os mesmos do governo e do povo português.”

Ficam assim abertas as portas a um novo tipo de relações entre Portugal e mais uma ex-colónia, cuja independência e não-alinhamento em qualquer dos blocos político-militares constituídos são uma contribuição para a paz mundial.

unidade Guiné Cabo Verde

Os fundamentos históricos da unidade e luta

(...) E no quadro da Guiné e Cabo Verde, considerados conjuntamente? Há alguma contradição? Cada um pode pensar bem e ver. A contradição que havia, que pode parecer que havia, era o seguinte: muitos funcionários e empregados coloniais na Guiné são caboverdianos, vários chefes de posto são caboverdianos, e dado que, em Cabo Verde a instrução foi mais desenvolvida, mais possibilidades existem para os caboverdianos conseguirem emprego, do que para os próprios filhos da Guiné. Isso pode parecer que eles (caboverdianos) é que estão a tomar nas suas mãos os interesses do povo da Guiné. Eles é que ganham. Mas se virmos bem, também há filhos da Guiné que estão nas mesmas condições dos caboverdianos, e que nunca houve contradição entre essa gente que está nas cidades e a nossa gente que está no mato. Na cidade é que há contradição. Contradição entre quem? Entre descendentes da Guiné que queriam ter a vida que tinham os caboverdianos (como chefe de posto, que são agentes do colonialismo), contra o nosso povo. Enquanto que, em Cabo Verde, o povo é também explorado, como é explorado na Guiné. E nalguns aspectos muito mais com fome e com exportação de homens como trabalhadores contratados para S. Tomé e para Angola, como animais, praticamente. Então a contradição que podia existir entre guineenses e caboverdianos é a contradição à busca de emprego, de bons lugares. Por exemplo, um indivíduo que tem o 2.º grau ou 3.º ano do liceu na Guiné, vê um caboverdiano que vem e toma um lugar de chefe de posto, que come galinha, cabrito, a quem tiram o chapéu, etc., e ele não conseguiu isso ainda. Nasce uma certa coisa nele. Mas se estudarmos bem o problema, vemos que a tendência geral dessa pequena-burguesia guineense é a de viver bem com a pequena-burguesia caboverdiana. A tendência geral é a de se entenderem; ao lado dos tucas (1). E nunca vimos, no mato, por exemplo, qualquer contradição entre caboverdianos e guineenses. Nada que possa ter qualquer semelhança com a contradição profunda que vimos entre certas raças da Guiné mesmo. Quase todos os camaradas podem ver isso bem.

Portanto, para nós, PAIGC, para o objectivo da nossa luta, de unidade da Guiné e Cabo Verde, não encontramos tantas dificuldades, do ponto de vista

de análise como no caso da unidade da Guiné e unidade em Cabo Verde. Se tomamos só a Guiné, vemos muitas contradições dentro dela. Em Cabo Verde, tomando só Cabo Verde, há muitas contradições diminuem. A contradição limita-se a existir apenas entre a pequena-burguesia, lá é que havia algumas contradições. E é dessa pequena-burguesia que surgem os grupos oportunistas que têm combatido o PAIGC. Grupos de oportunistas que no primeiro movimento que fizeram já eram ministros disto e daquilo, sentido de carreira, lugar, mais nada.

Claro que para nós o problema da unidade da Guiné e Cabo Verde não se põe por uma questão de capricho nosso, não é porque Cabral é filho de caboverdiano, nascido em Bafatá, que tem amor grande pela Guiné, mas também grande amor pelo povo de Cabo Verde. Não é nada por isso, embora seja verdade. Eu vi gente morrer de fome em Cabo Verde e vi gente morrer de açoites na Guiné (com bofetadas, pontapés, trabalho forçado) entendem? Essa é que é a razão da minha revolta. Mas a razão fundamental da luta pela unidade da Guiné e Cabo Verde é a própria natureza da Guiné e Cabo Verde que nos leva a isso. São os próprios interesses da Guiné e Cabo Verde que nos levam a isso. Qualquer pessoa que não seja ignorante e que estuda os problemas a sério, que conhece a história a sério, que conhece tanto relativamente às raças da nossa terra, tanto na Guiné como em Cabo Verde, como à história colonial, essa pessoa, se tem de facto interesse em que o nosso povo avance para a frente, tem que ser a favor da unidade da Guiné e Cabo Verde. Mas mais, dentro das possibilidades da luta concreta para a nossa terra, na Guiné e em Cabo Verde, qualquer pessoa que quer lutar a sério, como o PAIGC conseguiu lutar e está a lutar, para realizar uma coisa, na análise, estudando o problema a fundo, que é o seguinte: não era possível a luta na Guiné, se não fosse junto, unido — PAIGC — não era possível a luta em Cabo Verde, se não fosse junto, unido — PAIGC. Vocês sabem, camaradas, qual é a prova concreta disso? Por exemplo: não há movimento nenhum que tenha dito: — para nós só filhos da Guiné — e que tenha avançado. Vocês conhecem alguém? Não há movimento em Cabo Verde, só de filhos de Cabo Verde, que tenha avançado,

(Cont. da pág. 6)



terísticas de cada um dos territórios, não há dúvida que é difícil dissociar a guerra libertadora que se desenvolveu na Guiné-Bissau de Cabo Verde. Tal era a determinação de unidade dos responsáveis máximos do PAIGC que sempre afirmaram que a independência total no continente e nas ilhas era uma questão de princípio do Partido, e que estavam dispostos a desencadear até a luta armada no arquipélago atlântico.

A LUTA EM CABO VERDE

Antes do 25 de Abril de 1974, a implantação do PAIGC nas ilhas de Cabo Verde era fraca. Os seus militantes clandestinos, muitos deles vindos de Lisboa, desenvolviam um trabalho de organização e esclarecimento nos centros urbanos, enquanto que os campos ficavam ao abandono, dada a escassez de quadros.

Após o 25 de Abril, foram enviados para Cabo Verde alguns destacados militantes do PAIGC, que levaram a cabo um importante trabalho político de mobilização das massas, que já se estendeu aos campos. Ao contrário do que se passou na Guiné-Bissau, houve uma adesão total e quase imediata nos centros urbanos. No campo surgiram vários problemas, inexistentes no continente: a grande e a pequena propriedade, a influência religiosa de um certo clero ao serviço do colonialismo.

Como em Moçambique, em Angola, e na Guiné-Bissau, foram fomentados por forças neocolonialistas certos grupos que se opunham ao PAIGC numa base demagógica e reaccionária, em íntima ligação com os grandes proprietários e uma certa burguesia colonialista

contava com um largo apoio político nacional e internacional para não aceitar o PAIGC como vanguarda e representante legítimo do povo de Cabo Verde — quiz impor para comprometer o desenvolvimento pacífico do processo de descolonização. O apoio demonstrado por parte de elementos progressistas das Forças Armadas portuguesas, a clarificação das posições antineocolonialistas do MFA e de sua linha de descolonização, foram um factor importante de aproximação entre os dois povos.

INDEPENDÊNCIA — CAMINHO PARA A UNIDADE

As eleições para a Assembleia Popular Nacional de Cabo Verde constituíram uma ampla campanha de mobilização de massas e revelaram o seu empenho no processo de libertação, quer através da participação, quase sempre superior a 85% dos inscritos, quer através do apoio ao PAIGC que obteve mais de 90% dos sufrágios. Na sequência das eleições foi solenemente proclamada a independência, com a presença de Aristides Pereira e outros

dirigentes do PAIGC, do Primeiro-Ministro e do general Carlos Fabião, que representou o governo português na Guiné-Bissau após a queda do regime colonial-fascista. A importância que o PAIGC atribuiu ao processo de independência em Cabo Verde o seu apego à legitimidade democrática, o seu espírito de confiança nas massas, ficou amplamente demonstrado ao longo destes meses. Aliás, já em 1973, o PAIGC opôs-se às pressões de numerosos países africanos para que declarassem a independência de Cabo Verde conjuntamente com a da Guiné-Bissau, na



comunicados da 5 div. EMGFA e COPCON

sobre a situação política

Do COPCON e 5.ª Divisão/EMGFA.

Domingo dia 20 de Julho de 1975 às 2.30 da madrugada foi, entretanto, distribuído o seguinte comunicado do COPCON:

"O COPCON considera oportuno tornar pública, através da 5.ª Divisão do EMGFA, a firme disposição em que se encontram as autoridades revolucionárias de reprimir com a maior energia toda e qualquer tentativa de alteração da ordem pública.

"Neste sentido estão dadas rigorosas instruções às forças de intervenção. "Espera este Comando Operacional que o civismo da população torne dispensável o uso da força. Ficam, portanto, prevenidos todos os indivíduos e grupos de provocadores que não será admitido nenhum pretexto de índole política como cobertura para ataques a pessoas e destruição de bens e instalações.

"Muito concretamente se recomenda aos militantes de partidos e organizações políticas evitarem deixar-se envolver em provocações à autoridade revolucionária, as quais estão sendo fomentadas por elementos contra-revolucionários que procuram a destabilização da situação política e a criação de condições propícias ao regresso do fascismo."

Da 5.ª Divisão/EMGFA.

Domingo dia 20 de Julho de 1975 às 6.00 horas.

O Movimento das Forças Armadas, através da 5.ª Divisão do EMGFA, face

às declarações do secretário-geral do Partido Socialista proferidas no comício-manifestação do dia 19 de Julho, e fazendo uso da legitimidade revolucionária conquistada no 25 de Abril, confirmada pela imediata e sempre presente adesão do Povo Português, fez saber:

1. Não reconhece representatividade bastante a nenhuma organização partidária para que se pronuncie sobre a designação dos chefes do Governo, que é da competência exclusiva do MFA, e, ainda, muito menos quando a evocada representatividade é de uma organização partidária que, pela via eleitoral é mandatada, apenas, para colaborar na elaboração da Constituição.

2. As dúvidas insinuadas pelo secretário-geral do Partido Socialista sobre a insenção partidária do general Vasco Gonçalves, são consideradas caluniosas e, como tal, merecem o repúdio e a censura do Movimento das Forças Armadas.

3. As frequentes manifestações populares de apreço ao Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves e os votos de confiança aprovados em sucessivas assembleias do MFA são a prova cabal de que o general Vasco Gonçalves não só personifica a coesão militar e a unidade nacional como ainda a sua permanência na direcção do Governo Provisório constitui a garantia de que o processo revolucionário português avançará com firmeza para o socialismo.

4. Neste momento de grande significado histórico, o MFA reafirma o seu inteiro apoio ao camarada general Vasco Gonçalves e confia no seu comprovado espírito revolucionário

para levar a bom termo a tarefa de formação do novo Governo Provisório.

Da 5.ª Divisão/EMGFA.

Lido na RTP no Telejornal às 24.00 horas. Tornado público na Rádio e órgãos de informação às 02.00 horas de 2.ª feira, dia 21 de Julho de 1975.

Portugal viveu, uma vez mais, horas decisivas para o seu processo revolucionário caracterizado desta vez, por um clima de instabilidade política, habilmente arquitetado por homens que parecem colocar, acima dos superiores interesses e desejos do Povo Português, a sua vaidade, o seu egoísmo, ou a sua ambição.

Assistiu-se, neste período, por parte de dirigentes de um partido, que, pelo seu programa, deveria ser um dos mais importantes partidos políticos portugueses, a uma escalada de violência verbal, que hábil, mas traiçoeiramente, escorou as carências e insuficiências do nosso processo revolucionário e provocou, através da demagogia, da mentira, ou da calúnia, uma escalada de violência física que já causou as suas vítimas inocentes no seio do Povo Português.

Insultando a pureza e a honestidade e intenções que motivam o MFA na defesa do povo a que pertence, aviltando-se o trabalho insano a que soldados, sargentos e oficiais se devotam quotidianamente na prática da Revolução a que entregaram as suas vidas. Mentiu-se, caluniou-se, ofendeu-se, mais do que a nós, militares, ultrajou-se o povo a que pertencemos, mas mentiu-se deturpando

as realidades, pretendendo-se esconder a floresta atrás da árvore.

Não basta escolher as palavras e saber utilizá-las com mestria, para, com subtilezas de linguagem, se cometer, simultaneamente, o crime e fabricar o alibi. Desde Braga, que incitou o povo que compareceu a ouvir aqueles que o deviam ajudar a cometer desmandos utilizando exemplos de manipulações reaccionárias sobre sectores da população honesta e historicamente aliada desta Revolução.

No Porto, pretendeu-se sugerir que o MFA e a 5.ª Divisão do Estado-Maior General das Forças Armadas, que o povo bem conhece, através das campanhas de dinamização e da acção cívica, de pretender instaurar uma ditadura stalinista, com o objectivo claro de dividir as Forças Armadas, procurando fazer crer ao público que esta 5.ª Divisão desenvolve uma acção desinserida dos princípios contidos no Plano de Acção Política do Movimento das Forças Armadas.

Em Lisboa, e apesar dos incidentes provocados em algumas áreas dos distritos do Porto, Aveiro e Leiria, o clima de agitação irresponsável que ajudara a criar e pela actuação das forças contra-revolucionárias que assim libertaram, atingiram esses elementos o auge do despudor. Aqui não se limitaram a permitir que os sectores dos manifestantes, que reuniram, insultassem os militares que ali compareceram para a sua defesa, chamando nova "pide" e assassinos aos homens que pela sua acção permitiram que impunemente em Portugal possam, finalmente insultar o povo a que voltaram. Aqui, permitiram-se denegrir um dos homens

que mais se tem dado ao Povo Português, sem nada lhe pedir em troca e que na força e sinceridade das suas simples mas profundas palavras, o povo bem conhece e respeita; aqui pretendeu-se, subtilmente meter cunhas divisionistas, entre os homens que com o esforço e sob os olhos de todos, servem o País, integrando o Conselho da Revolução que o povo bem conhece, principalmente através dos nossos generais Costa Gomes, Vasco Gonçalves e Otelo Saraiva de Carvalho.

Não está em causa a liberdade de expressão e crítica ao Governo ou ao MFA, mas sim a necessidade de respeitar o Povo Português baseando essas críticas na análise objectiva dos factos.

Nós no MFA não pagaremos o ódio que nos votam com ódio. Contra a calúnia responderemos com os nossos actos. Contra a demagogia, utilizaremos a razão que assiste às camadas exploradas do Povo Português que defenderemos.

Não nos deixaremos iludir. Nós não estamos contra os partidos que defendem o socialismo na nossa terra e muito menos contra o povo que neles votou. Estaremos sempre com o povo mas nunca com aqueles que o enganaram e que deles se pretendem utilizar.

Portugueses, trabalhadores: são necessários os esforços de todos para reconstruirmos a terra que amamos. Não nos dividamos. O MFA está e estará sempre com todos os que, honesta e conscientemente, pretendem construir o Portugal de felicidade, que os nossos filhos bem merecem

Unidos venceremos

A CAMPANHA DE DINAMIZAÇÃO "MAIO — NORDESTE"

(Cont. na pág. 10)

da terra, deixando de lado as massas trabalhadoras; a imprensa das grandes cidades (Lisboa, Porto) chega normalmente atrasada e, não se debruçando directamente sobre os problemas concretos locais, não consegue captar a atenção das populações: a rádio e a TV começam, agora, a ser ouvidos com um pouco mais de atenção.

A falta de informação tem como consequência imediata a ampla difusão do boato. Por isso, o combate ao boato será outra das importantes tarefas a resolver. Os jornais de parede nas aldeias, feitos por iniciativa dos próprios habitantes através das comissões de aldeia serão um alvo importante, pois afixarão neles as notícias correctas, sobretudo as que dizem respeito às medidas económicas no campo agrícola, sempre deturpadas pelos caciques que vêm neles um ataque ao seu poder.

Quando o Estado decreta um preço mínimo para a amêndoa, a ser entregue no Cachão em determinado período, os caciques imediatamente divulgam que agora toda a gente é obrigada a vender a amêndoa ao Estado e àquele preço, recusando-se, por outro lado, comprar-lha, para agravar

a sua situação, e fazendo-os crer que o preço da amêndoa posteriormente subirá. (Note-se que o preço internacional da amêndoa se encontra em baixa e que concorremos com grandes dificuldades no mercado internacional de exportação com os EUA que a colocam a preços muito inferiores). Mas neste caso, as organizações populares já constituídas e as equipas do MFA, conseguiram o adiamento do prazo para a venda no Cachão. O mesmo se poderia dizer quanto ao escoamento do gado. Por outro lado ainda são lançados as mais torpes mentiras sobre as próprias equipas do MFA, e sobre o processo revolucionário em Portugal, normalmente acenando com o espantoso da propriedade privada.

A consolidação da organização popular levará também a que seja ela a controlar toda a imprensa regional e a constituir órgãos de informação ao serviço das populações, tanto localmente, como por órgãos regionais de âmbito mais geral, como está previsto pelo MCS.

Todos estes factores contribuem para o isolamento real das povoações, para a sua falta de esclarecimento e sobretudo para que aqueles que possuem acesso mais rápido à informação a possam modificar, de-

turpando-a, antes de ela chegar às massas trabalhadoras, mantendo-as, assim sujeitas à sua lei, a da burguesia rural.

OBJECTIVOS DEFINIDOS

Estas as grandes dificuldades a vencer. Quais os passos que já foram dados, quais os resultados obtidos? Sendo regiões onde, como dissemos, a informação não chega (ou se chega é incorrecta e deturpada), as povoações do nordeste transmontano perderam, desde há muito, o hábito de crer nas palavras, sobretudo nas vindas de estranhos, que pouco ou nada conhecem dos seus problemas e anseios. Mobilizados por objectivos concretos, palpáveis, as palavras políticas não lhes têm dito nada até agora. A recusa dos diversos partidos políticos em procurarem, de facto, a consciencialização política das populações, a campanha somente eleitoralista que fizeram (em especial os partidos de direita), foi a demonstração cabal de que no nordeste (e também nas outras regiões do

interior) são os actos que contam, por mais atraentes que sejam as palavras. Tendo conseguido a aproximação com as populações, fazendo da crítica e autocritica uma constante no seu trabalho, procurando efectuar em conjunto análises correctas das diferentes situações e seguindo, também como equipa, linhas de acção bem definidas, a campanha Maio Nordeste tem sabido transmitir o seu empenho em, de facto, trabalhar com as populações, resolver com as populações os problemas diversos que localmente se apresentam. Fomentando as organizações populares em torno de acções concretas, de benefício comum a todos os membros das povoações; fortalecendo-as na medida em que assegurou a resolução (ou resolveu mesmo) de situações reais; são essas mesmas organizações que, neste momento, procuram a sua dinamização interna. Comissões de aldeia e de moradores, de trabalhadores nas fábricas e nas empresas agrícolas, centros de actividades culturais (teatro, p. ex.), cooperativas agrícolas, de produção, abastecimento e consumo, é dentro destas organizações que as populações, unitariamente, discutem os seus problemas, apresentam sugestões e avançam soluções, procurando

sempre alcançar o benefício de todos, ultrapassando as estruturas anquilosadas e burocráticas do aparelho de Estado locais — juntas de freguesia e câmaras municipais.

Ao fim e ao cabo é duma verdadeira revolução cultural que se trata, que ao lado das medidas económicas correctas, implicará uma ampla mobilização para os campos. Mobilização civil e militar. Civil, daqueles que vivem nas cidades identificados com o processo revolucionário (sejam operários, estudantes ou intelectuais), dispostos a colocar os seus conhecimentos ao serviço do povo, conjugando o trabalho intelectual com o manual e a experiência da cidade com a do campo. Militar, deslocando-se para o campo todos aqueles que para isso estiverem dispostos (e não só), o que de imediato conduz à não diminuição dos efectivos militares e à continuação nas fileiras daqueles que se identificam com o MFA. Assim se promoverá uma intensa saída dos quartéis e das cidades, cobrindo a pouco e pouco todo o país, dedicando-se revolucionariamente aos objectivos já enunciados: incentivo e consolidação de todas as organizações populares; articulação de todos esses órgãos populares até à formação das assembleias populares locais.

ALIANÇA POVO-MFA

projecto aprovado na AMFA

1—INTRODUÇÃO

A aliança POVO-MFA tem sido uma realidade constante do processo revolucionário até ao momento presente. A acção libertadora do 25 de Abril, continuada por todo um conjunto de atitudes do MFA e dos partidos progressistas e pelas medidas de carácter político e económico postas em prática, tem permitido manter um nível suficiente de coesão POVO-MFA. No entanto, a manutenção e consolidação da aliança POVO-MFA passa, numa primeira análise, pela satisfação das aspirações mais profundas das classes exploradas. Neste aspecto urge prosseguir a obra iniciada em 25 de Abril de 1974. É dentro do âmbito de uma Revolução Cultural, pela aplicação das potencialidades militares e civis, nos campos técnico, humano e material que se mobilizará decisivamente o Povo para a Revolução. A prática começa a demonstrar este raciocínio, aliás óbvio. Esta premissa "sine qua non" de consolidação da aliança, está em desenvolvimento e criará as condições para que o binómio motor do processo revolucionário português se mantenha e consolide. Por outro lado, e ainda numa intenção de mobilizar o Povo para a Revolução, é necessário que às massas trabalhadoras sejam asseguradas condições de participação activa, o que passa por formas de organização popular, numa prática democrática, independente e unitária. Torna-se necessário aproveitar concretamente esta realidade fundamental, aliança Povo-MFA, estimulando-a e apoiando-a para a DEFESA e DINAMIZAÇÃO da Revolução em curso.

A Defesa e Dinamização da Revolução, na sua actual fase, passam pela realização das seguintes tarefas:

a) Fomentar a participação revolucionária das massas, no

sentido de criarem e desenvolverem agrupamentos unitários, numa perspectiva de implantação de verdadeiros órgãos de poder popular;

b) Defender a Revolução dos ataques das forças reaccionárias, através de uma consciencialização profunda das exigências do processo e da criação de organismos de defesa;

c) Vencer a BATALHA DA ECONOMIA.

Enquanto a produção não for suficiente para as necessidades globais do país será necessário um grande esforço das massas trabalhadoras. É fundamental portanto vencer-se a batalha da economia superando o fraco desenvolvimento das forças produtivas, ampliando e desenvolvendo o controlo operário, alargando-se o campo do sector estatal e procurando-se a acumulação necessária à nossa independência económica.

Para assegurar o cumprimento dos pontos anteriormente indicados, terá de se cuidar:

A—NO CAMPO INTERNO

a) De criar e desenvolver um amplo sector estatal, que seja o reflexo do domínio da economia nacional por parte de um Estado Democrático, em substituição de uma economia privada dominada pelo capital monopolista, que paralisa o desenvolvimento da produção;

b) De substituir uma estrutura agrária de profundas raízes feudais por uma outra que possibilite a expansão do progresso, objectivo claramente definido na Reforma Agrária, cuja aplicação deverá ser escrupulosamente controlada pelas massas trabalhadoras rurais organizadas;

c) Saneamento do aparelho de Estado, bem como sua descentralização com vista à construção de um aparelho de Estado de base popular de modo a que, através de uma coordenação eficaz, se dinamizem as potencialidades das iniciativas dos órgãos populares locais, associados a uma ampla autonomia de decisão e de capacidade de resposta, no domínio do poder financeiro, o que porá o produto do trabalho nacional ao efectivo serviço das massas trabalhadoras.

d) De incentivar e apoiar as formas de controlo dos meios de produção pelos trabalhadores;

e) Definir uma política económica global onde se insiram os sectores prioritários de desenvolvimento;

f) De definir uma política económica em cada um desses sectores.

B—NO CAMPO EXTERNO

a) Garantir, até às últimas consequências, o cumprimento do processo de descolonização em África porque, numa perspectiva histórica, lúcida e desapaixonada, o futuro independente de Portugal terá que assentar numa base de fraternas relações com as nossas ex-colónias, no domínio das relações políticas, sociais e económicas;

b) Evitar qualquer tipo de hegemonia ideológica, política ou económica, sobre o processo revolucionário português;

c) Garantir a manutenção de relações cordiais com todos os povos do globo; e consolidar um poder económico que garanta a independência nacional.

Não se pretende, *NEM IGNORAR OS PARTIDOS* devotados à construção do socialismo, *NEM MILITARIZAR O POVO*;

Pretende-se criar uma organização de massas que no momento actual, dentro de uma perspectiva correcta de luta de classes, congregue unitariamente os trabalhadores e

chame a si as tarefas concretas de Defesa da Revolução, atrás descritas.

Esclarece-se que a Revolução se defende com a CONSOLIDAÇÃO DAS CONQUISTAS ALCANÇADAS, através de ORGANIZAÇÃO, VIGILANCIA, TRABALHO, DISCIPLINA e AUTORIDADE e com o AVANÇO EFECTIVO para a implantação do PODER DAS MASSAS TRABALHADORAS. Esta organização de massas promovendo, pela sua formação e prática, a unidade das massas trabalhadoras, criará condições para que os partidos políticos interessados na construção do socialismo encontrem formas de cooperação e entendimento que levem à unificação dos seus esforços para a correcta consolidação da vanguarda política do processo revolucionário.

Estes objectivos passam pelo cumprimento do Programa de Acção Política apresentado pelo Conselho da Revolução, por uma prática unitária do Governo Provisório, por uma política de informação ao serviço do processo revolucionário e por uma prática do MFA de exemplar unidade, austeridade, autoridade e disciplina. Este último ponto entende a prática revolucionária da crítica e autocritica no seio do MFA. Em face do que fica exposto sugere-se a seguinte estrutura da Aliança POVO-MFA:

2—ESTRUTURA DA ALIANÇA POVO-MFA

2.1.—EXPLICAÇÃO ORGÂNICA

2.1.1.—A estrutura da Aliança POVO-MFA terá três linhas fundamentais: a do MFA, a Popular e a Governamental. Dentro desta fase de transição o aparelho de Estado deverá ser saneado e progressivamente substituído descentralizando os seus poderes (administrativo e financeiro) permitindo a iniciativa local sob o controlo, fis-

calização e progressiva tomada de poder pelos organismos populares.

2.1.2.—As Comissões de Moradores, Comissões de Trabalhadores e outras organizações de base popular formarão Assembleias Populares Locais, de Freguesia ou por área a definir.

2.1.3.—Destas Assembleias Locais se formam as Assembleias Municipais e assim sucessivamente até à Assembleia Popular Nacional.

2.1.4.—A participação do MFA começa nas Assembleias Municipais e Distritais pelas ADU's, nas Regionais pelas ADR's e na Nacional pela AMFA. Entenda-se que as ADU's são assembleias de unidades do Exército, Marinha e Força Aérea.

2.1.5.—O Conselho da Revolução é o órgão máximo da soberania nacional.

2.1.6.—As Assembleias Populares são apoiadas pelo MFA e órgãos do aparelho de Estado, exercendo sobre estes controlo da gestão pública na qual participam.

2.2.—LANÇAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES POPULARES

2.2.1.—Numa primeira fase as ADU's incentivarão, através de sessões de esclarecimento e informação, o lançamento das Comissões de Moradores e Trabalhadores nos locais onde ainda não existem. Nos locais aonde já existem estruturas desta natureza haverá igualmente sessões de esclarecimento e informação sobre os verdadeiros objectivos do MFA. Posteriormente em contacto com estas organizações de base colher-se-á a experiência da sua prática

ALIANÇA POVO-MFA

ALIANÇA POVO-MFA

recolhendo ensinamentos que serão divulgados no sentido de melhorar os procedimentos e alcançar resultados. Após a apreciação pelo MFA proceder-se-á ao reconhecimento das organizações.

2.2.2.—Numa segunda fase, a curto prazo, incentivar-se-á a formação das Assembleias Populares Locais e Municipais.

2.2.3.—Numa terceira fase, a médio prazo, incentivar-se-á a formação das Assembleias Populares Distritais.

2.2.4.—Numa quarta fase, a longo prazo, incentivar-se-á a formação das Assembleias Populares Regionais.

2.2.5.—A Assembleia Popular Nacional, órgão superior de participação popular será a última e distante etapa desta estrutura.

3—NORMAS ESTATUTÁRIAS

3.1.—GENERALIDADES

A organização popular proposta, assenta fundamentalmente nas COMISSÕES DE TRABALHADORES e nas COMISSÕES DE MORADORES. Consideram-se também organismos de base, os CONSELHOS DE ALDEIA, as COOPERATIVAS, as LIGAS DE PEQUENOS E MÉDIOS AGRICULTORES, as COLECTIVIDADES e outras ASSOCIAÇÕES de base popular.

Estruturas em vias de lançamento sob iniciativas várias, devem ligar-se aos organismos de base definidos, CM e CT, os quais ampliarão a sua constituição a fim de absorver e disciplinar intenções de consolidação e garante do processo revolucionário, no que se refere às tarefas das organizações de base referidas em 3.2.2.

Em conclusão, as CM e CT e

outras organizações de base, chamarão a si as tarefas de Defesa da Revolução. As presentes normas estatutárias respeitam as já existentes nas diversas organizações, devendo estas ser ampliadas a fim de incluir os objectivos aqui definidos.

3.2.—PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA ORGANIZAÇÃO POPULAR

3.2.1.—OBJECTIVO

O objectivo fundamental e último é o da construção da sociedade socialista definida no PLANO DE ACÇÃO POLITICA do Conselho da Revolução.

Como este objectivo só se consegue em unidade, todos os níveis da organização popular devem, pois, ser unitários.

Este conceito de UNIDADE define-se da forma seguinte:

Independência de vinculação partidária.

—Representatividade democrática a partir de sectores populacionais ou unidades de produção.

—Associação para resolução de problemas concretos.

A melhor garantia para se obter este objectivo é ser o MFA, movimento suprapartidário, a acompanhar e incentivar este processo, apoiando-o, integrando-o e reconhecendo as organizações que, pela prática, o justificarem.

3.2.2.—TAREFAS DAS ORGANIZAÇÕES DE BASE

As Comissões de Trabalhadores, Comissões de Moradores, etc., deverão, além das suas funções específicas, promover de acordo

com as suas características as seguintes actividades:

—TRABALHO POLITICO, através de informação e esclarecimento nos sectores profissionais ou populacionais.

—ACÇÃO SOCIAL, nos campos da saúde e assistência, cultura e desportos, alfabetização, habitação e urbanização, transportes, etc.

—ACÇÃO ECONÓMICA pela Batalha da economia, controle sobre os meios de produção dos sectores nacionalizados e privados, abastecimento e preços, etc.

—VIGILANCIA pela defesa das instalações e zonas urbanas através de permanência física por turnos, controlo de entradas, canalização de informações para os órgãos oficiais competentes, etc. Esta actividade, em casos especiais (pontos estratégicos da economia nacional) por iniciativa do próprio MFA e sob seu controlo e enquadramento pode traduzir-se em tarefas de autodefesa.

REFORÇO DA ALIANÇA POVO-MFA, como actividade sempre presente destas organizações.

3.2.3.—TAREFAS DAS ASSEMBLEIAS POPULARES

As Assembleias Populares terão as seguintes missões fundamentais:

Transmissão até ao nível próprio da decisão das aspirações, opiniões e exigências das populações.

—Intervenção no planeamento local, regional e nacional através dos órgãos competentes, actuando como mandatários das populações.

—Fiscalização e controlo da actividade dos órgãos da administração e da sua capacidade e tempo de resposta às necessidades das populações.

—Constituição junto aos órgãos de poder popular local de um tribunal popular para resolução de problemas não criminais.

3.3.—PROCESSO DE FORMAÇÃO

3.3.1.—A direcção das organizações populares é eleita em plenário, por votação de braço no ar.

3.3.2.—Nas organizações de base os membros eleitos são revogáveis pelo mesmo Plenário que os elegeu.

3.3.3.—Nas Assembleias Populares os membros eleitos são revogáveis pelas próprias Assembleias.

3.4.—CONSTITUIÇÃO

3.4.1.—DAS ORGANIZAÇÕES DE BASE (CM, CT, etc.)

Terão a sua actual constituição, ampliada por forma a satisfazer as tarefas definidas.

3.4.2.—DAS ASSEMBLEIAS POPULARES LOCAIS (APL)

—Delegados das organizações de base;
—Delegados das autarquias locais.

3.4.3.—DAS ASSEMBLEIAS POPULARES MUNICIPAIS (APM)

—Delegados das ADU's;
—Delegados das APL's;
—Delegados das Autarquias e Órgãos Governamentais.

3.4.4.—DAS ASSEMBLEIAS POPULARES DISTRITAIS (APD)

—Delegados das ADU's (incluem Comandante da Unidade);
—Delegados das APM's;
—Delegados das Autarquias e Órgãos Governamentais;
—Delegados dos Organismos Sindicais.

3.4.5.—DAS ASSEMBLEIAS POPULARES REGIONAIS (APR)

—Delegados das ADR (incluem Comandante da R. M.);

—Delegados das APD's;
—Delegados das Autarquias e Órgãos Governamentais;
Delegados dos Organismos Sindicais.

3.4.6.—DA ASSEMBLEIA POPULAR NACIONAL

—A definir.

3.5.—FUNCIONAMENTO

3.5.1.—As decisões em todas estas organizações são tomadas por votação de braço no ar.

3.5.2.—Os representantes das Autarquias Locais, Órgãos Governamentais (Gabinetes Regionais de Planeamento, IRA, etc.) e delegados dos organismos sindicais têm igual direito à apresentação de propostas, votação e expressão.

3.5.3.—As decisões tomadas em Assembleias vinculam todas as estruturas ao seu cumprimento.

4—DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1.—As presentes normas não têm carácter rígido e a sua aplicação atenderá às características específicas locais e aos condicionamentos determinados pela dinâmica do processo.

4.2.—O presente projecto deve ser considerado como um documento-guia da acção prática das unidades militares e organismos populares. A estrutura que corresponde ao actual desenvolvimento da organização popular vai até às Assembleias Populares locais. Esta fase necessita ser devidamente consolidada sendo através da própria dinâmica do processo que se verificará a viabilidade do avanço para formas de organização superior.

ALIANÇA POVO-MFA

Assembleia Popular de Zona o RE1 e uma experiência de organização do poder popular

A passagem duma sociedade capitalista a uma sociedade socialista implica necessariamente que o poder político seja retirado do controlo das classes exploradoras e passe a ser exercido, sem ambiguidades, pelos representantes das massas populares, devidamente organizadas.

Quinze meses decorridos sobre a queda do regime colonial-fascista, alguns povos, (Moçambique, Guiné, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe) depois de longos e dolorosos anos de luta armada, trilham já o caminho duma sociedade em que a exploração do homem pelo homem, será definitivamente banida, o caminho da sociedade socialista, o caminho de libertação da humanidade. Em Portugal, o nosso processo de libertação também já muito longo e doloroso, tem tido desde o 25 de Abril, obstáculos, sobressaltos, dificuldades que em última análise resultaram em avanços das classes trabalhadoras sobre o poder da burguesia.

Porém, à medida que o processo avança, aumenta também a resistência a esse processo, o que implica novas formas de organização das massas populares, novas formas de estas se prepararem para a tomada do poder, novas formas de vencer os obstáculos que a burguesia opõe à Revolução Socialista.

Correspondendo a essa necessidade, a Assembleia do MFA de 9 de Julho, aprovou um projecto de Aliança Povo-MFA, instrumento revolucionário capaz de constituir um forte dique às forças contra revolucionárias, e ao mesmo tempo, alavanca para a tomada do poder pelo Povo (classes trabalhadoras).

O Poder Popular, expressão da organização das massas em defesa dos seus interesses, alternativa ao partidário exacerbado e estiolante da unidade necessária à Revolução Socialista, será concertada (e começa a sê-lo) o caminho irreversível para a destruição do Estado burguês e da construção do Socialismo.

As já numerosas comissões de trabalhadores, de moradores e outras, têm agora a base legal que lhes permite passar duma fase primária, de descoordenação e pulverização, à fase superior duma coordenação a vários níveis, condição necessária para que se tornem em efectivo contra-poder a um aparelho de estado montado em função dos interesses da burguesia e que urge destruir.

A experiência (que poderemos considerar experiência-piloto) do Regimento de Engenharia n.º 1, deve ser entendida pois, dentro da perspectiva da organização das massas populares na luta pelo Socialismo. Em traços gerais, passamos a expor a trajectória desta experiência que, além do mais, tem o mérito de ter sido uma antecipação do projecto Aliança Povo-MFA.

O PRIMEIRO PASSO

No dia 10 de Dezembro de 1974, no RE1, é eleita a Assembleia de Delegados da Unidade (ADU) e são aprovados os respectivos estatutos. Foi também decidido criar o Centro de Informação e Acção Cultural (CIAC)

da unidade, com o objectivo de dinamização interna da unidade e dinamização externa, na zona.

Internamente, promoveram-se sessões de debate e esclarecimento entre os militares, criou-se uma cooperativa de livros, um jornal, está em formação uma biblioteca, passou a haver um refeitório único, os bares passaram a ser comuns, aboliram-se as formaturas, e as relações entre os militares dos diversos postos tornaram-se informais, de mútuo respeito, de verdadeira comunicabilidade. Externamente, a dinamização começou por sessões de esclarecimento político das populações, incentivando-as para a vigilância popular e a organizarem-se nas comissões de moradores, comissões de trabalhadores, cooperativas, etc. Destes contactos com as populações e os seus problemas, saíram os militares reforçados na sua consciência política e na necessidade duma mais íntima colaboração a todos os níveis. E é nesta perspectiva que, na altura em que se discutia no seio das Forças Armadas (Spínola pretendia acabar com o MFA) se o MFA devia institucionalizar-se ou não, o RE1 aprova a seguinte moção:

A par desta, uma outra actuação começou a ganhar corpo. O RE1 na posse de muita maquinaria vinda das colónias, para responder aos pedidos de apoio cada vez mais frequentes por parte da população, para a resolução de problemas concretos, procurou adaptar as estruturas da unidade, e criar condições objectivas que lhe permitissem um apoio efectivo à população. Soldados e operários da Lisnave, voluntariamente, trabalham em conjunto no restauro das máquinas.

DEPOIS DO 11 DE MARÇO

A semelhança do 28 de Setembro, também no 11 de Março o RE1 deu um valioso contributo à luta contra a tentativa golpista e reaccionária encabeçada por Spínola. Concretamente, foi por intervenção do RE1 que as linhas telefónicas foram restabelecidas para o Ralis, RE1 5.ª Divisão e COPCON. Nessa altura foi também aprovada em Assembleia Geral de Unidade uma moção exigindo saneamento nas Forças Armadas e julgamento dos revoltosos.

Entretanto, com o caminho agora mais aberto, intensificam-se os contactos com as já existentes comissões de moradores e trabalhadores da zona. As solicitações de apoio começam a ter resposta por parte da unidade.

Estes números referem-se aos últimos quatro meses de actividade.

A. Zona da grande Lisboa:
Tipos de trabalho:

1. Obras de saneamento — abertura de vales para esgotos e abastecimento de água — 40 km.
Casal do Privilégio, Bairro Venceslau.
2. Obras de terraplanagem:

a) Abertura de arruamentos e estradas:

- Abas da Raposeira — 2 km.
- Caneças — 2 km.
- Fonte da Bica — 2 km.
- Olival Basto — 1,5 km.
- Bairro D. Leonor — 1 km.



b) Desmonte de terrenos:

- Quinta do Bacalhau — 3 000 m³
- Quinta das Palmeiras — 60 000 m³
- S.to António dos Cavaleiros — 15 000m³
- Prior Velho — 20 000 m³
- Pontinha — 10 000 m³
- Brandoa — 50 000 m³
- E. P. Administrativo Militar — 3 000 m³
- Amadora — 2 000 m³

B. Zona Rural: Concelho de Pinhel:

1. Obras de terraplanagem:

a) Abertura de estradas:

- Bogalhal — 3 km
- Póvoa d'El Rey — 8 km

C. Zona Rural: Concelho de Aguiar da Beira:

1. Obras de terraplanagem:

a) Abertura de estradas — 2 km

O resultado desta progressiva e cada vez mais íntima colaboração e a acção conjunta desenvolvida, levam a população a encaminhar-se para formas representativas de organização no sentido de estabelecer prioridades

efectivas nas necessidades a satisfazer. As dificuldades ultimamente opostas à actuação do RE1 pelo aparelho de estado (juntas de freguesia, câmaras municipais, ministérios) reforçou a união militares-povo trabalhador e a consciência de que era necessário avançar mais organizadamente. A medida que as comissões de moradores de bairros da lata e bairros de construção clandestinamente se vão revelando verdadeiros contra-poderes às juntas de freguesia e câmaras o projecto de assembleia popular da zona vai-se desenhando na prática.

A coordenação desses órgãos tem então um novo impulso em 23 de Junho de 1975 numa reunião de comissões de moradores e trabalhadores da zona do RE1 com militares desta unidade. Nela se decidiu constituir um secretariado Provisório, com a missão de preparar a 1.ª Assembleia Popular, que veio a realizar-se no dia 29 de Junho, onde foi apresentado um projecto de organi-

zação e objectivos da Assembleia Popular, definitivamente aprovado em Assembleia Popular de 13 de Julho, com a participação efectiva de 55 (cinquenta e cinco) comissões de moradores e 26 (vinte e seis) comissões de trabalhadores das freguesias de Campo Grande, Benfica, S. Domingos de Benfica, Carnide, Carnaxide e Odivelas. Pelo seu profundo alcance, aqui o transcrevemos:

REGIMENTO DA ASSEMBLEIA POPULAR DA ZONA DO REGIMENTO DE ENGENHARIA N.º 1

I — DEFINIÇÃO E OBJECTIVOS

- 1— Mobilizar as massas populares da área para as tarefas da construção do SOCIALISMO em Portugal e nas lutas contra a exploração do homem pelo homem.
- 2— Fortalecer a unidade das massas populares com os militares, criando órgãos de Poder Popular apartidários, que seja o princípio de um novo Estado ao serviço dos interesses dos trabalhadores.

MOÇÃO

1— Considerando as responsabilidades contraídas pelo MFA no 25 de Abril perante o Povo Português em geral e as classes trabalhadoras em particular que não pode engeitar sem trair o espírito inequivocamente progressista do seu programa;

2— Considerando que o MFA deve continuar a ser o garante, pelo tempo necessário de que o processo revolucionário em curso não sofrerá retrocessos;

3— Considerando que o MFA deve criar condições para poder intervir permanentemente na vida política e social do País de forma a permitir uma cada vez maior interpenetração do Povo — MFA.

Delegados das Praças, Sargentos (QC e QP) e Oficiais (QC e QP) à Assembleia da Unidade do RE1:

1— Pronunciam-se pela necessidade urgente da institucionalização do MFA salvaguardando os seguintes pontos:

a) **A defesa intransigente do espírito progressista do actual programa do MFA;**

b) **A defesa efectiva dos interesses das classes trabalhadoras por todos os órgãos de soberania nomeadamente aceitando e estimulando todas as formas de organização por elas criadas aos diversos níveis (comissões de empresas, comissões de bairro, assembleia de concelho...).**

2— A institucionalização do MFA deverá ser concretizada não só ao nível dos órgãos de soberania como também ao nível regional e local traduzindo-se assim a indispensável aliança entre as classes trabalhadoras e o seu braço armado.

3 DE FEVEREIRO DE 1975

ASSEMBLEIA POPULAR DE ZONA

(Cont. de pág. 7)

- 3—Garantir o controle das massas populares sobre a satisfação das suas necessidades tomando os seus destinos nas suas próprias mãos.
- 4—Pôr a economia ao serviço das classes trabalhadoras, através do controle da produção dos preços, das rendas, etc.
- 5—Defender o processo revolucionário dos ataques da reacção nacional e estrangeira na via da Independência Nacional e contra o Imperialismo.
- 6—Consciencializar e organizar as massas populares com vista a ganharem força necessária para aniquilar todas as tentativas de sabotagem, boicote e outros crimes contra a emancipação dos trabalhadores.
- 7—Criar nas massas populares a resistência para vencer os sacrifícios que a construção do socialismo vai erguer.
- 8—Eleva a consciência política e cultural das massas populares com vista ao combate contra o individualismo, o egoísmo, etc, criando uma consciência colectiva e uma verdadeira cultura Popular.

II — PRINCÍPIOS GERAIS DE FUNCIONAMENTO

- 1—As decisões são tomadas democraticamente por votação aberta de braço no ar.
- 2—As minorias devem submeter-se à vontade das maiorias.
- 3—As decisões são tomadas por maioria simples excepto nos casos em que a AP decida ao contrário.
- 4—As decisões tomadas em AP ou no Comité Revolucionário de Zona, vinculam todas as organizações populares participantes ao seu bom cumprimento e divulgação.
- Do mesmo modo vinculam também os órgãos administrativos locais a darem todo o apoio técnico e administrativo necessário dentro das disponibilidades. (1)
- 5—Os trabalhos da AP são orientados pelo Comité Revolucionário de Zona.
- 6—Liberdade de expressão e discussão de todos os assuntos de interesse geral.
- 7—Deve ser fomentado o livre exercício de crítica e auto-crítica como princípio base da discussão, lutando contra os métodos repressivos que a impeçam.
- 8—Aqueles que pela sua conduta repetida na assembleia manifestamente boicotarem o seu bom andamento dos trabalhos, não se auto-criticando, estão sujeitos a sanção.

III — QUAIS AS ORGANIZAÇÕES QUE PARTICIPAM NA ASSEMBLEIA POPULAR E QUAL O SEU ESTATUTO

1 — COMISSÕES DE TRABALHADORES

- a) Todos os seus membros participam na AP com direito de intervenção.
- b) O número de votos a atribuir a cada CT dependerá do número de trabalhadores da empresa que representa. Proporção a estabelecer mais tarde de acordo com um conhecimento mais rigoroso das empresas da zona.

2 — COMISSÕES DE MORADORES

- a) Todos os seus membros participam na AP com direito a intervenção.
- b) Cada CM terá direito a um voto. Prevendo-se a possibilidade de ajustamento conforme um conhecimento mais rigoroso da sua natureza de classe.

3 — ASSEMBLEIA DE DELEGADOS DA UNIDADE (ADU)

- a) Todos os delegados da ADU têm direito de intervenção e de voto.
- b) O delegado do MFA na unidade preside à AP.

4 — OUTRAS ORGANIZAÇÕES POPULARES (Colectividades, bombeiros etc.)

- a) Cada uma estará representada por um elemento que terá direito a intervenção.
- b) O seu estatuto quanto ao voto, será decidido mais tarde, de acordo com as características dessas organizações.

5 — JUNTAS DE FREGUESIA

- a) Estarão representadas por um elemento de cada uma, com direito a intervenção e sem direito a voto.

6 — PRÓ-COMISSÕES DE MORADORES E PRÓ-COMISSÕES DE TRABALHADORES

- a) Serão representadas por três (3) elementos de cada pró-comissão, sem direito a voto mas com direito a intervenção.
- b) As pró-comissões têm 30 dias no máximo para se tornarem comissões.

IV — ESTRUTURAS DA ASSEMBLEIA POPULAR

1 — COMITÉ REVOLUCIONÁRIO DE ZONA

1.1. — Funções do CRZ

- a) O CRZ tem como principal função a dinamização de todo o processo, servindo de executivo na AP.
- b) Faz o levantamento da zona com base nos relatórios (obrigatórios) de todos os órgãos populares que constituem a AP. A partir desse levantamento, vai elaborando um programa de trabalho de resposta aos problemas prioritários, entre outros, nos seguintes pontos principais: HABITAÇÃO, SAÚDE E INFRAESTRUTURAS SOCIAIS, TRANSPORTES, ENSINO, ABASTECIMENTO E PREÇOS, CULTURA POPULAR, EMPREGO, CONTROLE DA PRODUÇÃO E RECONVERSÃO DA PRODUÇÃO.
- c) O CRZ tem a seu cargo a preparação das reuniões da AP.
- d) Deve dar seguimento e cumprir todas as determinações da AP.
- e) Fornecerá a todos os órgãos populares com a devida antecedência as informações e outros elementos necessários à preparação da sua participação na AP.
- f) O CRZ terá de promover a criação de órgãos de Poder Popular nos locais onde não existam.
- g) O CRZ apresentará à AP, por sua iniciativa ou por proposta de um mínimo de 10 elementos da AP com direito a voto, por votação, todas as de alteração a este regimento.
- h) O CRZ obrigará-se a em cada reunião da AP e como introdução desta a fazer um resumo das actividades desenvolvidas desde a última reunião da AP.

1.2. — Composição do CRZ

- a) O CRZ é constituído por:

1 — Presidência:

— Delegado do MFA na Unidade Militar;

— Um elemento das comissões de moradores e outro das comissões de trabalhadores.

2— Representantes das comissões de trabalhadores.

3— Representantes das comissões de moradores.

4— Delegados da ADU.

b) Serão em número igual os representantes das CM e das CT e da ADU.

c) O CRZ terá de ser defenido mais tarde de acordo com as tarefas a cumprir. Será necessário garantir que o número de elementos é ímpar e que permita por um lado, ter suficiente representatividade, e por outro lado, ter condições de funcionamento eficaz (o que implica que o n.º de elementos não seja demasiadamente elevado).

1.3. — Eleição do CRZ

- a) O CRZ terá de ser eleito pela Assembleia Popular.
- b) Na próxima Assembleia será decidido o processo de eleição do CRZ.

1.4. — Destituição do Comité Revolucionário de Zona

- a) Os membros do CRZ são destituídos no todo ou em parte, a todo o momento pela AP.
- b) A destituição de mais de metade dos seus membros obriga a destituição total.
- c) O Delegado do MFA está excluído do disposto nas alíneas a) e b); todavia, se a sua conduta se afastar sistematicamente da aplicação dos OBJECTIVOS DEFINIDOS, a AP tem o direito de expor superiormente a sua crítica.

ADENDA

(Sobre o Secretariado Provisório)

- a) O SP convocará as próximas Assembleias.
- b) O SP fará um apanhado dos principais e mais urgentes problemas. Esse apanhado será apresentado na próxima Assembleia onde serão aprovadas quais as primeiras acções a desenvolver.

2 — OUTRAS ESTRUTURAS

De acordo com o avanço da actividade da AP serão constituídas novas estruturas de coordenação das organizações ou de carácter executivo.

V — QUEM CONVOCA A ASSEMBLEIA POPULAR E O COMITÉ REVOLUCIONÁRIO

1 — O COMITÉ REVOLUCIONÁRIO DE ZONA

Pode ser convocado por:

- Pela Presidência;
- Por mais de 50% (metade) dos representantes das CM no CRZ;
- Por mais de 50% (metade) dos representantes das CT no CRZ;
- Por mais de 50% (metade) dos representantes da ADU no CRZ.

2 — A ASSEMBLEIA POPULAR

Pode ser convocada por:

- Pela ADU;
- Pelo CRZ.

(Este Regimento foi aprovado definitivamente em 13 de Julho de 1975.

UNIDADE GUINÉ—CABO VERDE

(Cont. de pág. 3)

não há nenhum. Isso quer dizer que a nossa análise foi certa, justa, sobretudo se tivermos em vista as perspectivas como entidade económica e política viável em África, capaz de facto de realizar uma vida nova. Claro que todos aqueles que lutam pela unidade africana, entendem que nós somos o único exemplo, com a Tanzânia que resultou da União da Tanganika com Zanzibar, que luta de facto pela unidade africana. Mas não existe um problema verdadeiro de lutar pela unidade da Guiné e Cabo Verde, porque, por natureza, por história, por geografia, por tendência económica, por tudo, até por sangue, a Guiné e Cabo Verde são um só. Só quem for ignorante é que não sabe isso.

O tuga sabia isso muito bem. Carreira (2), com todos os seus abusos na Guiné, sabia-o bem. Mas eles fingem não saber para nos dividirem. A sua esperança era — se Cabo Verde pega na luta, mobilizar os guineenses para combater os caboverdianos que não prestam e que estavam na Guiné como chefes de posto. Se os filhos da Guiné pegarem na luta, mobilizar os caboverdianos, tanto na Guiné como em Cabo Verde para combater duro contra os filhos da Guiné, para não deixarem levantar, para não deixarem ser livres. Ora o nosso Partido, passou-lhe aquela grande rasteira (boló). A maior rasteira da vida dos tugas é essa: na primeira fornada de gente que foi para a cadeia, havia guineenses e caboverdianos juntos. O tuga espantou-se (mãria) (3). E se repararem bem, vejam: há muita gente em Bissau que podia falar no Rádio, não nos parece estranho? Podiam falar no Rádio descomprando-nos, etc., podiam fazer bons artigos no Rádio dos tugas, mas nenhum faz isso. A Rádio é só Alfa Umarú, Malan Ndjai (4) e não sei quem mais, ou então algum bandido que fugiu, da República da Guiné ou do Senegal, e foi falar em francês em Bissau. Vocês já viram isso bem? Como é que não há nenhum patrício nosso, seja da Guiné ou de Cabo Verde, que foi à escola, que sabe bastante para falar no Rádio e que o faça na nossa Guiné? Não há, porque há muito tempo que o Partido passou a rasteira. O tuga perdeu a confiança nessa gente, numa vez, e essa gente também perdeu a confiança e não se mete nisso, porque não sabe o que pode acontecer. Mas os tugas, não há muito tempo, em português, depois de algum tempo, de começar a luta armada, em português e mesmo em crioulo, já afirmavam: "Filhos da Guiné e Cabo Verde vocês são um só, debaixo da bandeira de Portugal". Vocês nunca ouviram? Mas, enquanto isso, em mandinga, dizem que os caboverdianos não prestam. Para verem se conseguem manter ainda uma certa divisão. Hoje estão já a acabar com isso, aos poucos. De vez em quando põem um a dizer: "eu sou filho da Guiné, completo, não sou filho de estrangeiro como alguns que nasceram aqui". Para verem se mantêm uma certa ideia de divisão.

Assim como no começo da luta diziam: "fulas, vocês, com vocês é que vamos ganhar esta guerra, porque vocês é que são os melhores filhos da Guiné", etc. Quando falam em Manjaco, dizem o mesmo. Dizem que os papéis é que fazem mal aos fulas, que os fulas é que fazem mal aos papéis, para dividir. Mas já viram que isso não dá nada. No nosso Partido ninguém dividiu, pelo contrário, cada dia nos unimos mais. Aqui não há papel, nem fula, nem mandinga, nem filhos de caboverdianos, nada disso. O que há é PAIGC e vamos para diante. Os tugas estão desesperados. Então são eles mesmo, por exemplo, que hoje nas suas revistas, como esta, que se chama "Ultramar", têm grandes artigos, estudando a questão da Guiné e Cabo Verde, e escrevem: "A Guiné e

as Ilhas de Cabo Verde — a sua unidade histórica e populacional". E sabem quem fez este artigo? Carreira. Porque ele conhece de facto muitos problemas de história. E neste artigo ele reuniu todos os documentos que há nos arquivos dos tugas e estudou para onde é que os filhos da Guiné foram, quando foram enviados para Cabo Verde. Para S. Tiago? — Balantas, mandingas, beafadas, etc. Para S. Vicente? Foram fulas, etc. Com relatórios, sobre a chegada destes, etc. No princípio eram contra, mas eles sabiam que nós somos a mesma gente, na Guiné e Cabo Verde. Quer dizer, tanto do conhecimento da História, da realidade da nossa vida do passado, como do conhecimento dos interesses do nosso povo e da África, tanto na questão de estratégia de luta (porque qualquer pessoa que pensa na luta a sério, sabe que não há independência da Guiné sem a independência de Cabo Verde nem há independência da República da Guiné, nem do Senegal nem da Mauritânia, se eles querem ser países a sério, sem Cabo Verde ser independente, ouvem bem? Não há. Só quem não entende nada de estratégia é que pode pensar que esta África pode ser independente, com Cabo Verde ocupado pelos colonialistas. E impossível. Assim como, vice-versa, não pode haver independência de Cabo Verde a sério, sem a independência da Guiné, e sem a África ser independente a sério) qualquer um que põe o interesse do seu povo acima dos seus próprios interesses — a análise séria dos problemas acima de quaisquer manias ou ambições — só pode chegar a uma conclusão que é a seguinte: A coisa melhor que o PAIGC fez, que o grupo daqueles que o criaram o PAIGC fez, foi estabelecer como base fundamental — Unidade e Luta — Unidade da Guiné, Unidade em Cabo Verde e Unidade da Guiné e Cabo Verde.

Quem ainda não vir isso, verá mais tarde. Mas muitos africanos já começaram a vê-lo. Muitas forças amigas nossas começaram a ver, mas também os nossos inimigos já começaram a vê-lo. A preocupação dos imperialistas hoje, é a seguinte: "Cabral aceita ou não, a independência da Guiné, sem Cabo Verde?". Essa é que é a grande preocupação. "O PAIGC, aceita ou não a independência da Guiné sem Cabo Verde?". Isto é que o imperialista quer saber e perguntaram-no mesmo. Eu disse-lhe: "Ponha os tugas a perguntar, você não é tuga". Porque eles sabem muito bem qual é a importância que têm o nosso conjunto. Um dia um dirigente africano disse-nos: vocês são inteligentes (djiro). Perguntamos-lhe porquê e ele disse: Eu conheço a vossa gente na Guiné e a vossa gente em Cabo Verde. Se vocês conseguirem de facto o que estão a fazer, apesar de uma terra pequenina, vocês hão-de ser um país forte dentro da África. Vamos a ver, dissemos.

Camaradas, vamos pois para a frente, reforçados pela certeza da nossa razão: a criação do PAIGC, nas bases que acabo de expor, foi a maior realização do nosso povo, para a conquista da liberdade e a construção do seu progresso e felicidade na Guiné e Cabo Verde.

AMILCAR CABRAL

NOTAS

- (1) Portugueses (NR).
- (2) Carreira: colonialista português, nascido em Cabo Verde. Era gerente da Casa Gouveia (grupo C.U.F.) na altura do massacre de Pidjiguiti: em que teve pesadas responsabilidades (NR).
- (3) Mãria: ficar entontecido (NR).
- (4) Alfa Umarú, Malan Ndjai: "tugistas", locutores da Rádio Bissau (NR).

S. Tomé e Príncipe um novo país independente



Os quinhentos anos de presença colonial nas ilhas de S. Tomé e Príncipe foram alvo de sucessivas revoltas, por parte de um povo que recusava o sistema de escravatura, o trabalho forçado nas plantações de cana do açúcar e nas roças. Yoan Gato foi o primeiro dirigente que conduziu uma revolta contra a ocupação em 1530. Amador, um escravo, conseguiu libertar dois terços de S. Tomé, de que foi rei durante um ano. A partir de 1947, as lutas, dispersas e isoladas foram ultrapassadas com uma nova tomada de consciência por parte dos são-tomenses, que leva as autoridades coloniais a declarar o estado de excepção no território. Em 1953, já sobre a administração do governador Gorgulho, há uma tentativa de intensificação do trabalho, para aumentar a produtividade e equilibrar a balança de pagamentos, que é imposta através de massacres, nomeadamente das milícias dos colonos que, a 4 de Fevereiro iniciaram uma macabra caça ao negro que fez centenas de vítimas. Com o avanço geral da luta, foi constituída a primeira organização política de libertação o Comité de Libertação de S. Tomé e Príncipe, que actuou em Lisboa, Conackry e outras capitais africanas, até Libreville, e que fazia parte do CONCP com os movimentos de libertação das outras colónias portuguesas. A luta no interior assumiu um carácter político, restrito, enquanto se reforçava consideravelmente o aparelho repressivo do arquipélago, com mais de três mil homens em armas, incluindo milícias de colonos.

É só em 1972 que os nacionalistas, agora Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe, conseguem estabilizar e consolidar-se suficientemente para corresponder às crescentes necessidades do povo são-tomense.

Este, após alguns meses de trabalho político legal a seguir ao 25 de Abril, revelou sem margem para dúvidas a sua vontade unânime de independência nacional, à volta do único movimento de libertação. A 12 de Julho foi finalmente declarada a independência completa do território, que culmina os esforços dos povos de S. Tomé e Príncipe pela sua emancipação.

A independência de S. Tomé constitui um reforço do campo anticolonialista e um avanço importante para a constituição duma ampla frente anti-imperialista, tanto mais que a cobiça das grandes e até das médias potências estrangeiras se dirige com particular intensidade para os arquipélagos ao longo da costa africana, que são um elemento crucial para a sua unidade.

A nova era que se abre em S. Tomé e Príncipe permitirá ao seu povo estabelecer laços de amizade com todos os povos do mundo e em particular, com o povo português. As novas relações, agora baseadas nos princípios de igualdade, soberania e respeito que norteiam as relações entre dois pises independentes e soberanos que lutam por uma nova ordem económica e política mundial que trave o passo à ambição hegemónica das grandes potências.

imprensa militar

(Cont. da pág. 2)

vivemos, agravada pelo cerco imperialista ao nosso país.

Construindo o poder dos trabalhadores, garantimos a mobilização das massas populares, que fundidas com o MFA, serão o bloco capaz de enfrentar com êxito todas as formas de bloqueio do processo revolucionário e construir o socialismo, única forma de atingirmos a Independência Nacional. Mas, não conseguiremos atingir estes objectivos se não existir um forte poder político, legitimado revolucionariamente. Se assim não acontecer não será possível pôr cobro às actividades de divisão e desorientação dos trabalhadores, lançar e dar continuidade a uma campanha de dinamização popular para levar à prática a construção do poder dos trabalhadores a todos os níveis, e estendida a todo o país, e imprimir um sentido global nos órgãos de poder dos trabalhadores, articulando-os através de uma organização e acção a um projecto nacional de transformação da sociedade portuguesa.

Ao mesmo tempo só será possível ultrapassar a actual crise política, resultante em grande parte das lutas partidárias, se o MFA utilizar a fundo todas as suas forças num projecto de mobilização das populações, em torno do qual se articulem todas as organizações políticas progressistas e re-

volucionárias, e, em geral, todos aqueles que estão verdadeiramente interessados em fazer avançar o processo revolucionário.

Temos que ter bem presente que a construção do poder dos trabalhadores não se alcança de imediato e através de um projecto, no papel muito bem elaborado; mas sim através de um trabalho de organização das massas trabalhadoras que, dia a dia vai crescendo e ganhando força. Se se conseguirmos consolidar estes novos centros de poder teremos criado as condições necessárias à substituição dos tradicionais centros de poder do actual aparelho do Estado, que é necessário revolucionar completamente.

A criação destes órgãos de poder e a sua articulação a nível regional, serão as únicas formas de garantir: 1) a mobilização e responsabilização das classes trabalhadoras na construção do socialismo, única forma de atingirmos a Independência Nacional; 2) dar resistência e capacidade política às massas trabalhadoras para vencer a crise económica que atravessamos (250 mil desempregados; falta de mercados; esgotamento das reservas de ouro e moeda; fuga de capitais para o estrangeiro; boicote económico por parte dos países capitalistas; incapacidade de investimentos, etc.) para a construção das bases duma economia socialista; 3) vencer o cerco imperialista que se faz ao nosso país (fundamentalmente

resultante do corte das nossas exportações e importações); 4) superar a divisão partidária através do dinamismo dos órgãos apartidários, de forma a preparar as populações para o exercício do poder político.

Urgentemente é necessário resolver a contradição que existe entre a actual divisão das classes trabalhadoras e das organizações que se reclamam da defesa dos seus interesses e a pouco amadurecida consciência da classe e as condições para a construção do socialismo.

Para se superar esta contradição terá de ser o MFA a tomar a iniciativa de estimular a organização das populações, na qualidade de Movimento acima dos partidos e, promover a nível nacional uma autêntica Revolução Cultural, capaz de superar as contradições acima indicadas.

O que se entende por Revolução Cultural?

É uma campanha geral do ponto de vista ideológico e no combate a todas as condições que permitam que homens explorem e oprimam outros homens, para levarmos a efeito a Revolução Cultural temos de ter bem certo o seguinte:

- 1) Organização de base das populações e a sua articulação regional e nacional;
- 2) Controle da produção;
- 3) Satisfação colectiva das necessidades;
- 4) Reestruturação do aparelho produtivo.
- 5) Consciencialização de classe e promoção cultural;
- 6) Unificação da vanguarda dos trabalhadores.

Mas na prática como é que se faz? Desde já, manter os efectivos das Forças Armadas para:

- 1) Assegurar a existência de militares militantes ao serviço do MFA;
- 2) Promover a "saída dos quartéis" sob a forma de brigadas que actuarão

localmente, segundo um plano que cubra todas as áreas do país.

Devemos integrar nestas brigadas e sob a direcção dos militares, os militantes das organizações políticas dispostas a responsabilizarem-se a um projecto de transição para o socialismo.

Estas brigadas deverão ser articuladas localmente com as ADU'S das unidades militares, regionalmente com as CODICE'S (Comissão de Dinamização Regional) e nacionalmente com a CODICE (Comissão Dinamizadora Central) e outros órgãos de um embrião do novo aparelho de Estado que é necessário criar.

Estas brigadas deverão desde já promover a criação de:

- Comissões de trabalhadores nas fábricas e empresas;
- Comissões de moradores;
- Comissões de trabalhadores rurais; Conselhos de aldeia;

- Cooperativas de trabalhadores rurais e camponeses pobres. Devemos articular progressiva mas rapidamente as estruturas referidas anteriormente, para a tomada do poder político pelos trabalhadores.

É urgente dinamizar os técnicos na perspectiva de colocarem as suas capacidades ao serviço do povo trabalhador, para o que seriam mobilizados na concretização, conjugadamente com órgãos de poder locais e populares, de medidas já decretadas ou a decretar. Por exemplo, no levar à pátria a Reforma Agrária e no controlo operário da produção.

As brigadas deverão contribuir elas próprias para elevação do nível de vida das populações com quem contactaram, estimular o desenvolvimento da Cultura Popular, contribuir para organizar o povo trabalhador para a defesa da Revolução, etc.

ASSINATURAS DO BOLETIM DO MFA

ANUAIS VIA ORDINÁRIA

Continente	65\$00
Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Timor e Brasil	68\$00
Estrangeiro	104\$00

ANUAIS VIA AÉREA

Ilhas Adjacentes	89\$00
Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Timor	161\$00
Espanha	89\$00
Brasil	177\$00
Países Europeus (excepto Espanha)	146\$00
Países não Europeus (excepto Brasil)	213\$00

PEDIDOS A:

DISTRIBUIDORA "O SÉCULO" - Rua do Século - Lisboa

a campanha de dinamização "Maio-Nordeste"

Em 17 de Maio iniciou-se mais uma campanha de dinamização promovida pela CODICE, conhecida por "Maio-Nordeste", centralizada em Bragança onde funciona o seu Centro Director, e em moldes totalmente diferentes dos anteriores.

AS CAMPANHAS ANTERIORES

Estas revestiram-se de um carácter de esclarecimento sobre o que é o MFA, os objectivos da nossa revolução, e o significado das diferentes ideologias em presença e veiculadas pelos partidos. Desempenharam um papel importante, colocando o militar português, nomeadamente oficiais com uma origem de classe pequeno-burguesa, em contacto com a realidade do nosso país, a miséria em que o fascismo o deixou, deficientemente alimentado, ele que tudo produz, sem hospitais, sem estradas, sem água, sem luz, sem instrução. Levou muitos deles a compreender que a revolução se faz no meio do povo e não apenas com a queda de um governo burguês, e sobretudo mostrou profunda necessidade de voltar de novo ao Povo, não apenas para esclarecer mas para com ele trabalhar, não de uma maneira paternalista e demagógica, mas com humildade revolucionária, utilizando constantemente a crítica e autocritica nessa actuação.

AS CAMPANHAS ACTUAIS

Todavia não interessa apenas contribuir para a resolução dos problemas. A perspectiva fundamental é que o povo reconheça, ao resolver esses problemas, com o MFA a acompanhar-lo, que tem a capacidade e a força para continuar mais tarde sem o MFA, mas com a confiança e a força que este lhe imprimiu. Por isso se reconheceu também como fundamental criar, na prática e na acção concreta, os meios para continuar, e que assentou na organização das populações, dentro do espírito do que foi aprovado na Assembleia do MFA, conduzindo à criação de um poder popular, embrião, desde já de um aparelho de Estado de tipo novo. O MFA lançou com esta perspectiva a já citada campanha do "Maio-Nordeste". Mais concretamente, é desta forma que se criará no povo a capacidade de distinguir os seus inimigos reais, aqueles que aproveitando-se do isolamento, do seu poder económico, o mantêm numa situação de humilhação, fazendo-o crer que o MFA não se interessa pela realidade que os cerca. Esses inimigos, que hostilizam o processo revolucionário, e que são os intermediários, os grossistas, alguns médios e grandes proprietários agrícolas e comerciantes, apropriando-se de uma parte importante do valor criado na circulação dos produtos, e que utilizam para sua defesa o aparelho administrativo das câmaras e das juntas de freguesia — e o aparelho ideológico que é a religião — serão, com o avanço dessa capacidade de organização, inexoravelmente reconhecidos, e então afastados sem qualquer apelo, dos lugares que ocupam.

DIRECTRIZES DA CAMPANHA

A campanha decorre já há dois meses, e embora anterior às directrizes do

Plano de Acção Política e do documento-guia da aliança MFA-POVO, podemos dizer que a sua acção está perfeitamente dentro destes dois documentos:

PLANO DE ACÇÃO POLÍTICA

—1.1.— (...) O MFA reconhece que essa Independência Nacional passa por um processo de descolonização interna, a qual só se conseguirá através da construção de uma sociedade socialista.

—4.2.— *Inércia da máquina do Estado* — (...) Para responder a este problema, considera o MFA como essencial:

- A descentralização administrativa;
- A constituição gradual de um novo aparelho de Estado, não partidário (...).

—4.3.— *Descentralização administrativa* — (...) a dinâmica das populações na criação de formas associativas próprias, para defesa de interesses comuns, têm vindo a impor, por parte do Ministério da Administração Interna, a adopção de medidas, que o MFA considera correctas, de descentralização regional de diversos serviços do Estado, possibilitando, a nível regional, a elaboração do planeamento mais adequado às circunstâncias locais e a respectiva execução, com a participação progressiva das organizações populares locais, mantendo embora a necessária ligação e coordenação com os órgãos centrais de Estado.

—4.4.— *Ligação do MFA às estruturas populares unitárias de base* — O MFA considera que na fase actual da revolução é extremamente importante e até talvez decisivo o fortalecimento e dinamização das estruturas populares unitárias de base, como factor determinante da unidade popular e da superação das contradições existentes

ao nível das estruturas políticas de topo.

—5.7.— (...) Para tal, é necessária uma acção intensa e eficaz de dinamização cultural militar adequada, numa acção conjunta com as organizações populares unitárias de base, que, melhor do que ninguém, poderão reflectir os mais justos anseios e necessidades das populações. Para esta acção deverão ser postos à disposição os meios humanos e materiais convenientes, não esquecendo que a Revolução de 25 de Abril foi feita para o Povo e será desse Povo que lhe virá a sua força: continuidade e razão de ser.

ALGUNS RESULTADOS

Após ter-se apercebido dos problemas mais urgentes e concretos com que se defrontam as populações do nordeste transmontano, após ter efectuado uma real aproximação às populações locais, a equipa de dinamização cultural e acção cívica destacada para a campanha Maio Nordeste, subdividindo-se em equipas concelhias (doze), a viverem junto das populações nas sedes do concelho e nas aldeias, tem procurado fomentar e fortalecer as organizações populares, em torno de objectivos concretos e directamente relacionados com as condições reais de vivência das populações.

A concretização dessas organizações populares, a resolução efectiva de alguns problemas concretos locais (resolução efectiva já por essas organizações populares, em especial por comissões de aldeias), acelerou a sua constituição e o seu desenvolvimento, desbloqueando as mentalidades e estando a conseguir a integração progressiva das populações na dinâmica do processo revolucionário, processo revolucionário que delas não pode prescindir, nem colocá-las em lugar secundário.

No entanto, a constituição de organizações unitárias de base e o seu

funcionamento apontado para a defesa dos interesses das classes mais desfavorecidas (com a força de essa defesa não ser feita por intermediários) não é só (muito pelo contrário) um problema de organização associativa de alguns indivíduos em torno de alguns objectivos: é essencialmente um problema político, um problema de luta contra toda uma série de privilégios que alguns (muito poucos) possuem à custa da exploração e opressão das massas trabalhadoras, um problema de luta contra toda a espécie de obstáculos e boicotes que tais privilegiados (eles já, e desde sempre, organizados) levantam perante as massas trabalhadoras, cada vez mais conscientes da necessidades da sua união. É, concretamente, um problema de luta de classes.

DIFICULDADES A VENCER

Vejamos então as principais dificuldades encontradas pelas equipas do Maio-Nordeste e alguns dos resultados já conseguidos e forjados por um intenso trabalho de conjunto com as populações locais:

Comercialização dos excedentes de produção — O escoamento da produção agro-pecuária é de primordial importância, sendo muito urgente um rápido racionamento nos circuitos do comércio interno do país. Estando as populações deste distrito a formar as suas organizações de base — comissões de aldeia e de moradores — e de defesa económica da sua produção — cooperativas — é-lhes imprescindível o apoio do governo central no que respeita à colocação nos circuitos comerciais, em condições justas, dos seus produtos — azeite, vinho, cortiça, carnes, cereais, fruta. As condições justas que as populações reivindicam estão directamente relacionadas com os preços a que compram as matérias de que necessitam, preços que aumentaram de maneira não correspondente à valorização dos produtos locais.

Estas duas questões — deficientíssima capacidade de escoamento da produção agro-pecuária e política de preços praticada — urge resolvê-las, pois que, sendo problemas muito concretos e que as populações sentem muito directamente, constituem, enquanto não resolvidos, um óptimo campo de manobra de reaccionários e contra-revolucionários procurando uma desmobilização total das populações perante a revolução socialista, uma vez que é nas suas mãos, isto é, dos intermediários, que ainda se encontra esse escoamento.

O complexo agrícola do Cachão, obra de fachada do fascismo nas entranhas de uma agricultura atrasada no Nordeste, pode, convenientemente reconvertido e devido à sua grande dimensão, transformar-se numa importante empresa pública que, articulada com uma definição correcta da crise agrícola do nordeste e com as medidas consequentes para a debelar, estará em condições de oferecer uma alternativa económica válida a todos os que diariamente labutam nas suas terras de manhã à noite, oferecendo preços compensadores para os agricultores na compra dos produtos, transformando-os no local, criando inúmeros postos de trabalho, e directamente colocando o produto final ao alcance do consumidor. É por outro lado uma das soluções para a retirada do poder económico e político à burguesia rural.

Falta de assistência médica — Povoações muito afastadas umas das outras e também afastadas das cidades, uma assistência médica real reveste, para elas, dois aspectos: por um lado é um desconhecimento quase total, por outro é uma necessidade vital. Concretamente a falta de assistência médica resulta de uma série de factores (com largas possibilidades de utilização para quem pretenda manter as populações dominadas): falta de pessoal (as condições do distrito, sociais e geográficas, são duras, é muito mais fácil e lucrativo prestar assistência nas grandes cidades), mau aproveitamento dos meios existentes, burocracia, desinteresse e incompetência dos responsáveis.

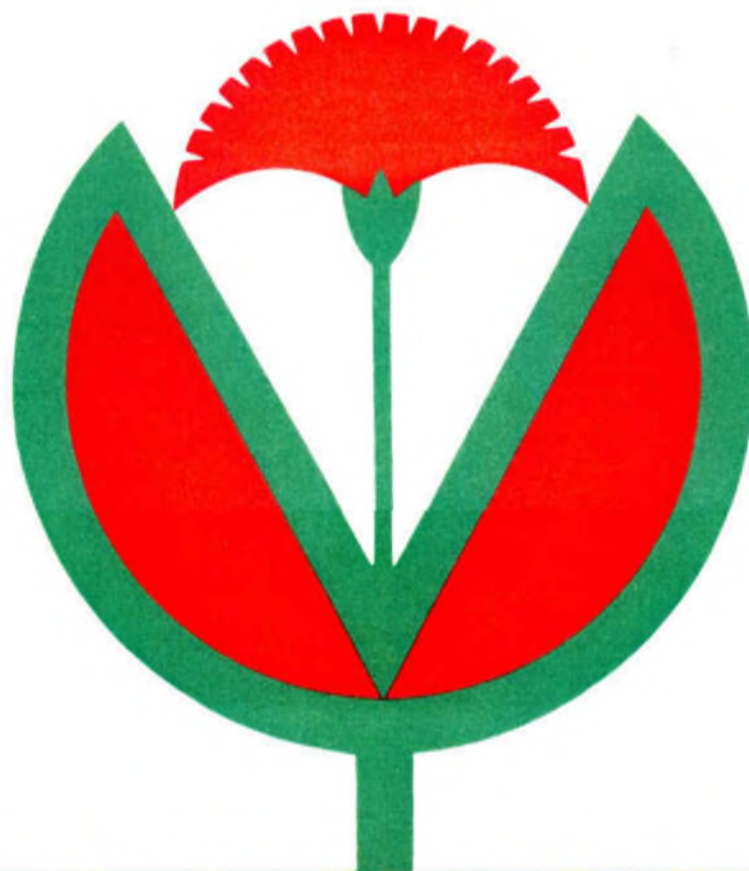
Nesta altura, e com a chegada de dez médicos integrados na acção cívica e voluntariamente destacados para o distrito, começa a poder pensar-se numa reestruturação dos serviços de assistência médica do nordeste transmontano, exigida pela crescente consciencialização das populações quanto aos seus direitos. Estas equipas que não poderão praticar a medicina liberal, que são pagas pelo Estado, convenientemente reforçadas com novas equipas distribuídas por todos os concelhos, em íntima colaboração com as equipas do MFA e com os seus serviços médicos integrados e controlados pelas comissões de aldeia e de moradores, serão um importante elemento ao serviço da população que fará desagregar o poder que possuem os caciques que da assistência médica também se utilizam.

Falta de equipamento social — Abastecimento de água, energia eléctrica, estradas, saneamento básico, actividade cultural — todo um conjunto de carências que não se resolveram devido, em grande parte, a uma burocracia fortemente implantada na estrutura do aparelho de Estado. Com a afirmação das suas organizações unitárias de base, as populações começam, por elas mesmas, a resolver os problemas que, neste campo, se revelam de maior urgência e de comprovado interesse colectivo. Neste campo se travará um dos mais importantes combates contra o aparelho administrativo e onde as organizações populares se terão primeiramente de reforçar, pois é aí, que se acoitam os mais perigosos caciques, combate esse que nesta fase passa pelo ganhar a confiança necessária no poder dessas organizações, que catalizam em seu torno as aspirações das massas, e posteriormente pela substituição e ocupação daquele aparelho, colocando-o ao serviço da organização popular, na satisfação, através de critérios de justiça definidos por esta, das necessidades das populações (estradas, esgotos, luz, água, assistência médica, cultura, ensino).

Falta de informação — A imprensa local, na sua generalidade, continua a defender os interesses dos senhores



**FLOR - LIBERTAÇÃO
FRUTO - DEMOCRACIA
SEMENTE - SOCIALISMO**



MFA

**FORÇAS ARMADAS
RAÍZES DUMA REVOLUÇÃO**

DINAMIZAÇÃO CULTURAL • ACCÃO CÍVICA